



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE**  
**UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA 007/2018**

**Unidade auditada:** Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP)

**Área:** Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

**Objeto da auditoria:** Cadastro e Avaliação de Projetos

**Período:** 21/06/2018 a 26/11/2018

**Nº da ação no PAINT:** 12

**Ordem de Serviço:** 007/2018

**Memorandos emitidos:** Mem. IF-AUDIN/N.º69/2018, Mem. IF-AUDIN/N.º71/2018 e Mem. IF-AUDIN/N.º124/2018

**Memorandos recebidos:** Mem. IF-DIPESP/N.º83/2018, Mem. IF-PROPESP/N.º174/2018 e Mem. IF-PROPESP/N.º329/2018

**Solicitações de Auditoria:** 007/2018, 007-A/2018

**Volume de recursos auditados:** não se aplica



## 1. INTRODUÇÃO

A presente auditoria<sup>1</sup> teve como objeto o processo de cadastro e avaliação de projetos, especificamente em relação às propostas de pesquisa, inovação e pós-graduação (arts. 34 e 35 do Estatuto<sup>2</sup> do IFSul) submetidas aos editais dos anos de 2017 e 2018 da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP)<sup>3</sup>, compreendida na estrutura da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), nos termos do art. 8º, II, ‘d’, ‘ii’, do mesmo Estatuto.

A PROPESP, unidade auditada, é o órgão executivo que “planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação, integrada ao ensino e à extensão, bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica” (art. 25, do Estatuto do IFSul), conforme arts. 45 a 62 e 164 do Regimento Geral<sup>4</sup> do IFSul.

### 1.1. Objetivos

O objetivo geral definido no Programa de Auditoria, arquivado junto aos papéis de trabalho, foi avaliar a conformidade dos procedimentos e a adequação dos controles internos administrativos quanto ao cadastro e à avaliação de projetos de pesquisa, de inovação e de pós-graduação.

Como objetivos específicos, foram elencados os seguintes:

- a) analisar a estrutura do processo de cadastro e de avaliação de projetos de pesquisa, de inovação e de pós-graduação quanto ao mapeamento, à gestão de riscos e aos controles internos;
- b) analisar a existência e/ou suficiência de normativos e regulamentos institucionais pertinentes à área auditada;
- c) analisar a conformidade dos editais de 2017 a 2018, com relação às normas legais e institucionais;

---

<sup>1</sup> Realizada de acordo com o art. 74, da Constituição Federal, com a Lei n. 10.180/2001, com os arts. 14 e 15 do Decreto n. 3.591/2000, com os art. 11-A do Estatuto do IFSul (aprovado pela Portaria n. 921/2009), com os arts. 9º e 10 do Regimento Geral do IFSul (aprovado pela Resolução CONSUP n. 98/2014) e com o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2018 (aprovado pela Resolução CONSUP n. 158-2017).

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/estatuto-ifsul>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

<sup>3</sup> Portal da PROPESP disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/pro-reitorias/pesquisa-inov-pos>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/regimento-geral/item/310-regimento-geral>>. Acesso em: 27 jun. 2018.



d) analisar o cumprimento dos objetivos institucionais relacionados à área auditada, considerando-se o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI<sup>5</sup> – agosto/2014 a julho/2019).

## **1.2. Escopo**

O escopo desta auditoria refere-se às propostas de pesquisa, inovação e pós-graduação submetidas aos editais dos anos de 2017 e 2018 da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP).

## **2. HISTÓRICO E ANÁLISE**

Os trabalhos de auditoria foram iniciados em 21/06/2018, com a Ordem de Serviço n. 007/2018. O Programa de Auditoria foi aprovado em 26/06/2018. No dia 28/06/2018, realizou-se a reunião de abertura dos trabalhos de auditoria com a participação do Auditor, da Auditora Geral em exercício e da Diretora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DIPESP), então no exercício da PROPESP.

Foram prestadas informações pela equipe de auditoria e esclarecidas as dúvidas apresentadas pela unidade auditada. Também foram apresentados, na citada reunião, o escopo, os objetivos, a metodologia, as técnicas de auditoria, as normas aplicáveis e o roteiro para execução dos trabalhos, que constam do Programa de Auditoria 007/2018. Ao término da reunião, realizou-se a entrega da Solicitação de Auditoria (SA) n. 007/2018 à PROPESP.

A resposta à SA 007/2018 foi recebida em 12/07/2018, pelo Memorando IF/PROPESP/N.º174/2018, de 12 de julho de 2018. Analisando os documentos enviados pela PROPESP, foi selecionada uma amostra de modo que fossem verificados os projetos de pesquisa e de inovação com maior valor de recurso disponibilizado (maior materialidade), até atingir a importância equivalente a 30% do valor total referente a cada edital publicado (Editais n. 02/2017<sup>6</sup> e n. 05/2018<sup>7</sup>), a partir da ordem decrescente dos projetos das somas de custeio e de investimento por projeto e, posteriormente pela importância de custeio.

O valor disponibilizado, considerando custeio e investimento, foi R\$ 75.475,14 para projetos de pesquisa e R\$ 33.446,88 para projetos de inovação, conforme classificação final do Edital n. 02/2017. Sendo assim, 30% equivale a R\$ 22.642,54 e a R\$ 10.034,06, respectivamente.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/plano-de-desenv-institucional>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://editais.ifsul.edu.br/index.php?c=lista&id=706>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://editais.ifsul.edu.br/index.php?c=lista&id=881>>. Acesso em: 27 jun. 2018.



Já o Edital n. 05/2018 disponibilizou R\$ 83.876,80 para projetos de pesquisa e R\$ 36.425,45 para projetos de inovação, de acordo com a classificação final divulgada. Deste modo, 30% equivale a R\$ 25.163,04 e a R\$ 10.927,64, respectivamente.

A soma dos recursos disponibilizados através do Edital n. 02/2017 foi R\$ 108.922,00. Na amostra foram selecionados 5 (cinco) projetos de pesquisa (PE02170717/024<sup>8</sup> - R\$ 5.000,00, PE02170717/025 - R\$ 5.000,00, PE02170717/022 - R\$ 5.000,00, PE02170717/023 - R\$ 5.000,00 e PE02170717/033 - R\$ 5.000,00, cuja soma representa R\$ 25.000,00) e 3 (três) de inovação (PE02170717/014 - R\$ 5.000,00, PE02170717/009 - R\$ 4.996,88, PE02170717/008 - R\$ 4.999,90, cuja soma representa R\$ 14.987,00).

Já no Edital n. 05/2018, o volume de recursos disponibilizados totalizou R\$ 120.302,25<sup>9</sup> e foram selecionados na amostra 6 (seis) projetos de pesquisa (PE05180818/036 - R\$ 5.000,00, PE05180818/037 - R\$ 1.357,00<sup>10</sup>, PE0506180818/057 - R\$ 5.000,00, PE05180818/042 - R\$ 5.000,00, PE05180818/039 - R\$ 5.000,00 e PE0506180818/059 - R\$ 5.000,00) e 3 (três) de inovação (PE05180818/022 - R\$ 5.000,00, PE05180818/026 - R\$ 5.000,00, PE0506180818/048 - R\$ 4.999,00).

Conforme a matriz de planejamento, as questões de auditoria foram as seguintes:

a) A estrutura do processo de cadastro e de avaliação de projetos de pesquisa, de inovação e de pós-graduação está mapeada e com seus fluxos disponibilizados no portal eletrônico da instituição?

b) O processo de cadastro e de avaliação de projetos de pesquisa, de inovação e de pós-graduação possui normativos e regulamentos institucionais?

c) Os editais de 2017 a 2018 estão em conformidade com as normas legais e institucionais?

d) Os objetivos institucionais do PDI relacionados à área auditada estão sendo cumpridos?

Considerando o disposto no art. 11-A do Estatuto do IFSul e nos arts. 9º e 10 do Regimento Geral do IFSul, solicitou-se à referida Pró-reitoria:

---

<sup>8</sup> O número de registro dos projetos está disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/projetos-registrados>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

<sup>9</sup> Esclarece-se que foi identificado um equívoco na elaboração da planilha de definição da amostra referente às quantias atribuídas ao projeto de pesquisa PE05180818/037. Foram equivocadamente consideradas as importâncias de R\$ 2.000,00 como recurso de custeio e de R\$ 3.000,00 como recurso de investimento disponibilizados. Contudo, os valores corretos, conforme classificação final do Edital n. 05/2018 foram R\$ 0,00 e R\$ 1.357,00, respectivamente. Ainda que seja apurada a diferença de R\$ 3.643,00 (soma de R\$ 2.000,00 e de R\$ 1.643,00), o valor total representado pela amostra equivale a R\$ 26.357,00, mantendo-se superior ao mínimo de 30% (R\$ 25.163,04). Portanto, retifica-se o valor divulgado no Relatório Preliminar (R\$ 123.945,25) para R\$ 120.302,25.

<sup>10</sup> De acordo com a nota anterior, retifica-se o valor divulgado no Relatório Preliminar (R\$ 5.000,00) para R\$ 1.357,00.



a) informação sobre o trâmite do processo de cadastro e de avaliação de projetos, com envio dos documentos formalizados referentes ao mapeamento de processos, ao planejamento estratégico, à gestão de riscos e aos controles internos adotados;

b) informar a relação de editais executados no exercício de 2017 e 2018, bem como o envio dos referidos documentos ou o *link* de acesso aos mesmos;

c) informação sobre as normas e os regulamentos externos e internos utilizados como referência para o processo de cadastro e de avaliação de projetos;

d) relação de todas as propostas de pesquisa, inovação e pós-graduação submetidas aos editais nos anos de 2017 e 2018, com título da proposta, modalidade, nome do coordenador, valor estimado, edital ao qual foi submetida e se a mesma já foi executada/efetuada;

e) informação sobre o acompanhamento e os indicadores do cumprimento de objetivos do PDI relacionados à área auditada.

A partir das evidências coletadas, buscou-se responder às questões de auditoria propostas, apresentando-se a seguir as conclusões relativas a cada questionamento e, posteriormente, as constatações (achados de auditoria). O Relatório Preliminar de Auditoria n. 007/2018 foi encaminhado à PROPESP em 26 de outubro de 2018, anexo ao Memorando IF-AUDIN/N.º124/2018. Após realização de reunião para busca conjunta de soluções em 29 de outubro de 2018, foi recebida a manifestação do gestor em 06 de novembro de 2016, anexa ao Memorando IF-PROESP/N.º329/2018, sem o envio de outros documentos.

### **2.1. 1ª QUESTÃO DE AUDITORIA – A estrutura do processo de cadastro e de avaliação de projetos de pesquisa, de inovação e de pós-graduação está mapeada e com seus fluxos disponibilizados no portal eletrônico da instituição?**

Em resposta à Unidade de Auditoria Interna, a PROPESP não enviou documentos formalizados referentes ao mapeamento do processo de cadastro e avaliação de projetos, como também não enviou planejamento estratégico publicado, nem análise metodológica de riscos inerentes à atividade em questão. Contudo, foram enviados mapas do fluxo dos Editais n. 03/2017 e n. 06/2018, ambos não compreendidos no escopo desta auditoria.

Diante do disposto na Constituição Federal<sup>11</sup> (art. 37, *caput*), a respeito do princípio da eficiência no âmbito da Administração Pública, bem como no Decreto-Lei n. 200/1967<sup>12</sup> (art. 6º,

---

<sup>11</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2018.

<sup>12</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2018.



I e V, art. 7º, art. 13 e art. 14), no que pertine ao planejamento e ao controle e, especialmente, na Instrução Normativa conjunta n. 01/2016<sup>13</sup>, editada pelo Ministério do Planejamento (MP) e pela Controladoria Geral da União (CGU) (art. 1º, art. 3º, art. 13, art. 14, IV, art. 17, II, 'a', e art. 21, V), constata-se que o critério legal não foi atendido.

Destaca-se a manifestação do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca do mapeamento de processos:

Acórdão 3023/2013<sup>14</sup> – Plenário (...)

96. A ausência de mapeamento de processos e de sua utilização como critério no planejamento supracitado sugere a existência de deficiências relevantes no dimensionamento e na alocação da força de trabalho. Ademais, a não adoção dessa prática dificulta a identificação das competências necessárias para a execução dos processos de trabalho. (...)

Acórdão 2138/2017<sup>15</sup> – Plenário (...)

9.2. Recomendar (...) que: (...)

9.2.3. em relação à gestão da força de trabalho elabore processos de trabalho com o intuito de assegurar a existência de planejamento da força de trabalho, o qual deverá abranger, no mínimo: i) a definição e a atualização, com base em critérios técnicos (p. ex. mapeamento de processos), de tabelas de lotação necessária por unidade organizacional, entre outras ações de gerenciamento dessas tabelas; análise e o monitoramento de informações sobre a força de trabalho (p. ex., comparações entre o quantitativo necessário e o real, projeções de necessidades futuras); e a definição de estratégias de gestão de pessoas (p. ex., realocação de pessoal) com base nas análises realizadas; (...)

A PROPESP manifestou-se no seguinte sentido:

A Propesp recebe os Projetos de Iniciação Científica e de Inovação Tecnológica por meio de duas formas:

a) Fluxo contínuo – projetos por demanda (PD). (...)

No projeto por demanda (PD) a PROPESP recebe os projetos e os envia para avaliação à Câmara de Pesquisa (- <http://www.ifsul.edu.br/pesquisa/orgaos-tecnicos>) e/ou para avaliadores externos (pela CHAMADA PÚBLICA IFFar/IFRS/IFSul/IFSC/IFC/IFPR Nº 01/2017 - COMPOSIÇÃO DE BANCO DE AVALIADORES AD HOC <http://editais.ifsul.edu.br/index.php?c=lista&id=696>). Nesta modalidade os discentes não são contemplados com bolsa e não há nenhum tipo de verba disponibilizada aos pesquisadores. Os projetos são recebidos pelo e-mail: [propesp@ifsul.edu.br](mailto:propesp@ifsul.edu.br) Os critérios de avaliação elencados na ficha de avaliação de projetos de pesquisa por demanda: 1- Resumo do projeto (...) 2- Introdução/Fundamentação teórica (...) 3- Objetivos e Metas (...) 4- Metodologia (...) 5- Resultados, impactos e produtos esperados (...) 6- Cronograma (...) 7- Condições, dificuldades e riscos (...) 8- Materiais e Meios disponíveis (...) 9- Bibliografia (...) 10- Coerência (...) 11- Plano de trabalho do discente (...)

<sup>13</sup> Disponível em: <[http://www.impressanacional.gov.br/web/guest/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21519355/do1-2016-05-11-instrucao-normativa-conjunta-n-1-de-10-de-maio-de-2016-21519197](http://www.impressanacional.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21519355/do1-2016-05-11-instrucao-normativa-conjunta-n-1-de-10-de-maio-de-2016-21519197)>. Acesso em: 27 jun. 2018.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/%252a/NUMACORDAO%253A3023%2520A%253A2013/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/1/false>>. Acesso em: 05 out. 2018.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/%252a/NUMACORDAO%253A2138%2520A%253A2017/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/1/false>>. Acesso em: 05 out. 2018.



b) Publicação de editais – projetos por editais (PE).

Os editais são enviados via SUAP e são avaliados por membros do próprio IFSul (Câmara de Pesquisa - <http://www.ifsul.edu.br/pesquisa/orgaos-tecnicos>) e ad hoc cadastrados pela CHAMADA PÚBLICA IFFar/IFRS/IFSul/IFSC/IFC/IFPR Nº 01/2017 - COMPOSIÇÃO DE BANCO DE AVALIADORES AD HOC (<http://editais.ifsul.edu.br/index.php?c=lista&id=696>). Os projetos são avaliados e cadastrados, uma vez que têm um caráter de banco de projetos. (...)

#### GESTÃO DE RISCOS

Entre todos os processos há riscos, tais como:

O SUAP não funcionar a contento, avaliadores não aceitarem dar parecer ou serem morosos em sua avaliação, e-mail falhar por erro de comunicação, falta de entendimento por parte dos proponentes quanto às instruções de serviço da PROPESP e a própria sobrecarga de rotina e no período de seleção de projetos por parte dos componentes da Pró-reitoria pode levar a erro no processo. Os projetos são cadastrados em uma planilha de Excel e são publicados na página da PROPESP (<http://www.ifsul.edu.br/projetos-registrados>).

Apesar de haver fluxograma para alguns editais (ex.: 03/2017 e 06/2018, enviados na resposta à SA 007/2018), não foi identificado o mapeamento do processo de cadastro e de avaliação de projetos. Caso existente, poderia contribuir para evidenciar atividades realizadas em “retrabalho”, fluxos inadequados e necessidade real de força de trabalho.

Também não foi identificado planejamento estratégico específico para a PROPESP, o que poderia contribuir para otimizar as ações da Pró-Reitoria, porém no Planejamento Anual 2018<sup>16</sup> (aprovado pela Resolução n. 12/2018<sup>17</sup> do CONSUP) do IFSul há várias ações que contemplam a pesquisa e a inovação no Instituto, especialmente:

#### Plano de Atuação Sistêmica (...)

Ação 1: Revisar os editais de financiamento de pesquisas com base em nova metodologia (...)

Ação 2: Implementar programa de avaliação das pesquisas realizadas no IFSul (...)

Ação 3: Implementar programa de reinserção de egressos visando a continuidade de sua participação em projetos de pesquisa (...)

Ação 4: Implementar programa de incentivo à criação de grupos de trabalho em pesquisa (...)

#### Planos de Ação das Unidades – Reitoria (...)

Ação 47: Fomentar projetos de pesquisa e inovação com aquisição de pequenos equipamentos (...)

Ação 48: Fomentar projetos de pesquisa com recursos para custeio (...)

Ação 49: Fomentar projetos de pesquisa e inovação com o financiamento de bolsas aos estudantes (...)

Ação 52: Mapear a produção acadêmica e tecnológica com perfil inovador (...)

Ação 57: Fomentar projetos de pesquisa e inovação com financiamento de bolsas aos estudantes para o edital Indutivo PROPESP/PROEN para estudo de evasão e retenção (...)

Ação 58: Fomentar projetos de pesquisa e inovação com financiamento de bolsas aos estudantes para o edital Indutivo PROPESP/DTI para soluções de TI na plataforma SUAP (...)

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/608-planejamento-anual-2018>>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/737-resolucao-012-2018>>. Acesso em: 15 out. 2018.



Além disso, os resultados das principais ações referentes ao Planejamento Anual 2017<sup>18</sup>, foram avaliados pelo Relatório de Avaliação, aprovado pela Resolução n. 11/2018<sup>19</sup> do CONSUP. Segundo aquela avaliação, as únicas ações da Pró-Reitoria que não foram totalmente realizadas eram relativas à capacitação de seus servidores e ao fomento à participação de servidores pesquisadores em eventos. Foram elencados no Relatório de Gestão 2017<sup>20</sup>, aprovado pela Resolução n. 02/2018<sup>21</sup> do CONSUP, as principais ações da PROPESP no planejamento anual 2017 (Quadro 06, p. 53-54 do Relatório de Gestão).

Ainda, evidencia-se que, embora a PROPESP afirme que existam riscos envolvendo o cadastro e a avaliação de projetos, não foram disponibilizados nem localizados no sítio da área auditada documentos referentes à gestão metodológica de riscos inerentes. No entanto, nos termos da Portaria n. 1084/2017<sup>22</sup>, a criação do Comitê de Governança, Riscos e Controles – CGRC (integrado por Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Diretores sistêmicos e Diretores-gerais dos câmpus) ocorreu em 03 de maio de 2017, sem ter sido implementada, até o momento, a Política de Gestão de Riscos.

Pelo exposto, constata-se que não há, seja em âmbito institucional, seja apenas no que diz respeito à PROPESP, mapeamento de processo nem política de gestão de riscos que contemplem o cadastro e avaliação de projetos de pesquisa, de inovação e de pós-graduação. Já quanto ao planejamento estratégico, a PROPESP não possui documento específico quanto aos seus objetivos e metas, entretanto, há planejamento anual institucional.

Sendo assim, as consequências indicam possíveis riscos de atividades e fluxos inadequados, bem como prejuízos ao dimensionamento da força de trabalho necessária. Consequentemente, soma-se a isso a falta de eliminação, transferência ou mitigação dos riscos inerentes ao objeto auditado.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/599-planejamento-anual-2017>>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/736-resolucao-011-2018>>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/725-relatorio-de-gestao-2017>>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/727-resolucao-002-2018>>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>22</sup> Disponível em: <[http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/download/8909\\_d298cb09506f35b03d8d6bce0484b51c](http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/download/8909_d298cb09506f35b03d8d6bce0484b51c)>. Acesso em: 15 out. 2018.



## **2.2. 2ª QUESTÃO DE AUDITORIA – O processo de cadastro e de avaliação de projetos de pesquisa, de inovação e de pós-graduação possui normativos e regulamentos institucionais?**

Mediante consulta ao sítio institucional do IFSul e indagação à PROPESP, verificou-se a existência de duas normas institucionais relacionadas ao processo de cadastro e avaliação de projetos. Trata-se da Instrução de Serviço PROPESP n. 06/2014<sup>23</sup> (Procedimentos para registro de projetos de desenvolvimento e inovação – PI) e da Instrução de Serviço PROPESP n. 03/2016<sup>24</sup> (Procedimentos para registro de projetos por demanda - PD).

Além desses regulamentos, a Instrução de Serviço (IS) PROPESP n. 04/2013<sup>25</sup> (que estabelece procedimentos para registro de projetos/disciplina no Comitê de Ética em Experimentação e Bem-Estar Animal – CEEBA) e a Instrução de Serviço PROPESP n. 02/2015<sup>26</sup> (que estabelece procedimentos para submissão de projetos na comissão nacional de ética em pesquisa – PLATAFORMA BRASIL).

De acordo com o que dispõem as citadas normas institucionais há consideráveis regramentos acerca das atribuições dos principais setores envolvidos com o cadastro e a avaliação de projetos. Entretanto, não foram identificadas normas internas que estabeleçam diretrizes e especificações para a avaliação de projetos.

Constatarem-se inconsistências entre a pontuação atribuída e o parecer do critério nas manifestações dos avaliadores *ad hoc* para os projetos de pesquisa registrados sob números PE05180818/036 (justificativa), PE05180818/039 (elementos de despesa) e PE0506180818/059 (elementos de despesa), assim como nos projetos de inovação registrados sob números PE05180818/022 (elementos de despesa) e PE0506180818/048 (elementos de despesa e busca de anterioridade).

Também não foi constatada regulamentação quanto à formação do número de registro de projetos por edital (PE), apesar de existir disposição neste sentido para projetos de inovação (itens 3.1 a 3.1.2 da IS PROPESP n. 06/2014) e para projetos por demanda (itens 2.3.8 a 2.3.8.6 da IS PROPESP n. 03/2016).

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/instrucoes-de-servico-propesp/item/68-instrucao-de-servico-propesp-n-06-2014>>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/instrucoes-de-servico-propesp/item/205-instrucao-de-servico-n-03-2016>>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/instrucoes-de-servico-propesp/item/64-instrucao-de-servico-propesp-n-04-2013>>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/instrucoes-de-servico-propesp/item/70-instrucao-de-servico-n-02-2015>>. Acesso em: 15 out. 2018.



Não obstante, os projetos analisados na amostra, incluindo os de inovação (PI), foram numerados como projetos por edital, constando as iniciais “PE” seguidas do número do edital (dois dígitos), do ano do edital (dois dígitos), do mês de registro (dois dígitos), do ano de registro (dois dígitos) e, após barra, número de sequência do registro (três dígitos).

Como consequências, implica-se no risco de a subjetividade do avaliador apresentar maior influência na nota atribuída e de editais futuros seguirem distintos critérios. Quanto à numeração de registro, há o risco de aplicação futura de referências diferentes das atuais e de confusão quanto aos cadastros sem procedimento unificado.

### **2.3. 3ª QUESTÃO DE AUDITORIA – Os editais de 2017 a 2018 estão em conformidade com as normas legais e institucionais?**

Outro ponto relevante diz respeito à exigência ou não de parecer prévio favorável emitido pelo órgão competente, em caso de pesquisa que envolva animais ou seres humanos, nos termos do Regulamento da Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA, do IFSul (aprovado pela Resolução n. 82/2018<sup>27</sup> do CONSUP) ou da Resolução n. 510/2016<sup>28</sup> do Conselho Nacional de Saúde – CNS, respectivamente, somando-se a essas normas a IS PROPESP n. 04/2013 (CEEBA) e a IS PROPESP n. 02/2015 (PLATAFORMA BRASIL).

Destaca-se que o Regimento Geral do IFSul (aprovado pela Resolução n. 98/2014 do CONSUP) foi alterado pela Resolução n. 59/2015<sup>29</sup> do CONSUP, para “Excluir o **Comitê de Ética em Pesquisa** do Regimento Geral do IFSul” (grifos do original). O citado Comitê (CEP), então compreendido na estrutura organizacional da PROPESP, conforme o revogado inciso VII do art. 46, definia-se com suas competências nos termos dos arts. 57 a 59 do Regimento:

Art. 57. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão independente, vinculado operacionalmente à PROPESP, credenciado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde, que tem por objetivo identificar, analisar e emitir parecer sobre as implicações éticas nas pesquisas científicas que envolvam seres humanos. (Excluído pela Resolução 59/2015 do CONSUP publicada no DOU de 06/07/2015)

Art. 58. Ao Comitê de Ética em Pesquisa compete:

I. revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/851-resolucao-082-2018>>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>28</sup> Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html)>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>29</sup> Disponível em: <[http://portal2.ifsul.edu.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=1084&Itemid=52](http://portal2.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=1084&Itemid=52)>. Acesso em: 15 out. 2018.



pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas;

II. manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de sua tarefa e arquivamento do protocolo completo, que ficará à disposição das autoridades sanitárias;

III. acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores;

IV. desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência;

V. receber, dos sujeitos da pesquisa ou de qualquer outra parte, denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo;

VI. requerer instauração de sindicância em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética nas pesquisas e, em havendo comprovação, comunicar à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP/MS e, no que couber, a outras instâncias;

VII. manter a vinculação com a Plataforma Brasil; e,

VIII. manter comunicação regular e permanente com a CONEP/MS. (Excluído pela Resolução 59/2015 do CONSUP publicada no DOU de 06/07/2015)

Art. 59. O Comitê de Ética em Pesquisa possui Regulamento Próprio aprovado pelo Conselho Superior. (Excluído pela Resolução 59/2015 do CONSUP publicada no DOU de 06/07/2015)

Também o CEEBA integrava a estrutura organizacional da PROPESP, nos termos do revogado inciso VIII do art. 46, com competências nos termos dos arts. 60 a 62 do Regimento Geral do IFSul. Tais dispositivos foram revogados pela Resolução n. 49/2018<sup>30</sup> do CONSUP, que criou o CEUA, ligado à Reitoria, nos termos dos arts. 156-B a 156-D:

Art. 156-B. A Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA, do Instituto Federal Sul-rio-grandense, é um órgão colegiado independente, de natureza técnico-científica, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, vinculado diretamente à Reitoria, ao qual serão submetidas todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que utilizem animais. (Incluído pela Resolução 49/2018 do CONSUP publicada no DOU de 29/06/2018)

Art. 156-C. A CEUA possui Regimento Próprio aprovado pelo Conselho Superior. (Incluído pela Resolução 49/2018 do CONSUP publicada no DOU de 29/06/2018)

Art. 156-D. As competências da CEUA estão previstas em normativa emitida pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). (Incluído pela Resolução 49/2018 do CONSUP publicada no DOU de 29/06/2018)

De acordo com disposições incluídas no Edital PROPESP n. 05/2018, no item 4. Submissão da Proposta:

Pesquisas **envolvendo seres humanos** deverão anexar o comprovante de encaminhamento de pedido de aprovação feito à Plataforma Brasil atendendo às resoluções 466/2012 e 510/2016 e demais resoluções do Conselho Nacional de Saúde – CNS.

Pesquisas **envolvendo atividades com animais** deverão anexar o comprovante de encaminhamento de pedido de aprovação feito à Comissão de Ética no uso de Animais atendendo à resolução 01/2010 do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA.

A não submissão desses comprovantes acarretará na desclassificação do projeto na pré-avaliação.

---

<sup>30</sup> Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/790-resolucao-049-2018>>. Acesso em: 15 out. 2018.



Os projetos que envolvam pesquisa em **seres humanos** ou **animais**, que apresentaram submissão aos respectivos órgãos competentes e que forem contemplados com auxílio financeiro à pesquisa deverão **apresentar a aprovação pelos comitês até a data da liberação dos recursos**. Mediante a não comprovação, os projetos mesmo aprovados, serão desclassificados.

Projetos que já possuem essas aprovações deverão anexar os respectivos registros dos órgãos competentes no SUAP. (grifos do original)

Diante disso, há a possibilidade de projetos que necessitem da análise referida serem cadastrados e avaliados apenas com a comprovação da submissão para emissão do pertinente parecer aprovando a pesquisa quanto aos seus aspectos éticos, não sendo autorizada a liberação de recursos caso a aprovação não seja apresentada. O não envio do comprovante enseja a desclassificação no processo do edital.

Contudo, da mesma forma que o envio da documentação comprovante da aprovação por comitê de ética, se for o caso, outras situações em tese mais gravosas não são pontuadas, quais sejam:

- a) a mera submissão para parecer do órgão competente;
- b) a não submissão do projeto ao comitê de ética;
- c) a informação por parte do Coordenador no sentido de que é desnecessário o parecer de aprovação em questão quando, na visão do avaliador, deve ser submetido à análise ética.

Constatou-se que o avaliador *ad hoc* entendeu ser necessária a análise do projeto por comitê de ética quanto aos projetos de pesquisa registrados sob números PE05180818/036 e PE05180818/039, como também nos de inovação sob números PE05180818/026 e PE0506180818/048.

Neste sentido, como consequências da constatação, indicam-se eventuais riscos de infração das normas as quais impõem a obrigatoriedade dos pareceres mencionados, de prejuízos a participantes e pesquisadores – especialmente nos aspectos éticos –, bem como de danos à imagem da instituição.

#### **2.4. 4ª QUESTÃO DE AUDITORIA – Os objetivos institucionais do PDI relacionados à área auditada estão sendo cumpridos?**

A missão institucional prevista na página 17 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019 é: “implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa



e extensão que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social”.

O PDI reúne os objetivos e as metas assumidos pela instituição para o referido período. No Eixo Políticas Acadêmicas, dentre seus objetivos, verifica-se, com relação à PROPESP, o Objetivo 2: “Fortalecer o IFSul como instituição educacional pública transformadora da realidade social, investindo na construção de processos educacionais que adotem o trabalho como princípio educativo e articulação de ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico”.

Relacionadas ao Objetivo 2, destacam-se as seguintes metas:

Meta 2.5 - Assegurar, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos para articulação do ensino, pesquisa e extensão em toda oferta educacional do IFSul.

Meta 2.7 - Atingir, no mínimo, 30% dos estudantes ingressantes/ano envolvidos em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Meta 2.9 - Aumentar, no mínimo, 10% ao ano, a produção acadêmica qualificada dos servidores e estudantes.

No que diz respeito ao foco desta auditoria, não há metas diretamente vinculadas ao processo de cadastro e avaliação de projetos. Contudo, as metas 2.5, 2.7 e 2.9 apresentam relação indireta com o objeto auditado. Essas metas remetem a indicadores acerca da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, do envolvimento dos estudantes em projetos e do aumento da produção acadêmica.

De acordo com a resposta à SA n. 007/2018, a partir da classificação final divulgada, foram submetidos ao Edital PROPESP n. 02/2017, no total, 40 projetos de pesquisa de 12 câmpus e 19 projetos de inovação de 8 câmpus. Já para Edital PROPESP n. 05/2018, foram 38 projetos de pesquisa de 10 câmpus e 20 projetos de inovação de 6 câmpus.

Diante disso, evidencia-se que aumentou de 2 para 4 e de 6 para 8 o número de câmpus que não submeteram projetos de pesquisa e de inovação, respectivamente, para disponibilização de recursos de custeio e de investimento, conforme o último edital, conforme Tabelas 1 e 2 a seguir:



**Tabela 1: Quantitativo de projetos de pesquisa contemplados e não contemplados nos Editais PROPESP n. 02/2017 e n. 05/2018**

E d i t a l n º	Projetos de Pesquisa				E d i t a l n º	Projetos de Pesquisa			
	Câmpus	Não contemplados	Contemplados	Total		Câmpus	Não contemplados	Contemplados	Total
0	Pelotas	4	9	13	0	Pelotas	3	14	17
2	V. da Graça	3	4	7	5	V. da Graça	-	8	8
2	Passo Fundo	5	-	5	1	Sapucaia do Sul	-	3	3
0	Venâncio Aires	2	2	4	0	Jaguarão	2	1	3
1	Camaquã	-	3	3	8	Passo Fundo	1	1	2
7	Bagé	1	1	2		Camaquã	-	1	1
	Charqueadas	-	1	1		Lajeado	-	1	1
	Gravataí	-	1	1		S. Livramento	-	1	1
	Lajeado	-	1	1		Venâncio Aires	-	1	1
	Sapiranga	-	1	1		Charqueadas	1	-	1
	S. Livramento	-	1	1		Bagé	-	-	-
	Sapucaia do Sul	-	1	1		Gravataí	-	-	-
	Jaguarão	-	-	-		Novo Hamburgo	-	-	-
	Novo Hamburgo	-	-	-		Sapiranga	-	-	-

Fonte: Elaborado pela AUDIN.

**Tabela 2: Quantitativo de projetos de inovação contemplados e não contemplados nos Editais PROPESP n. 02/2017 e n. 05/2018**

E d i t a l n º	Projetos de Inovação				E d i t a l n º	Projetos de Inovação			
	Câmpus	Não contemplados	Contemplados	Total		Câmpus	Não contemplados	Contemplados	Total
0	Pelotas	3	6	9	0	Pelotas	2	7	9
2	Passo Fundo	-	2	2	5	Passo Fundo	5	-	5
2	V. da Graça	1	1	2	1	Charqueadas	-	3	3
0	Camaquã	2	-	2	0	Bagé	-	1	1
1	Novo Hamburgo	-	1	1	8	Lajeado	-	1	1
7	S. Livramento	-	1	1		Sapucaia do Sul	-	1	1
	Bagé	1	-	1		Camaquã	-	-	-
	Sapiranga	1	-	1		Gravataí	-	-	-
	Charqueadas	-	-	-		Jaguarão	-	-	-
	Gravataí	-	-	-		Novo Hamburgo	-	-	-
	Jaguarão	-	-	-		Sapiranga	-	-	-
	Lajeado	-	-	-		S. Livramento	-	-	-
	Sapucaia do Sul	-	-	-		Venâncio Aires	-	-	-
	Venâncio Aires	-	-	-		V. da Graça	-	-	-

Fonte: Elaborado pela AUDIN.

Diante dos dados da Tabela 1, nota-se que os Câmpus Bagé, Gravataí, Novo Hamburgo e Sapiranga não tiveram projetos de pesquisa submetidos ao Edital PROPESP n. 05/2018. Já a Tabela 2 indica que os Câmpus Camaquã, Gravataí, Jaguarão, Novo Hamburgo, Sapiranga, Santana do Livramento, Venâncio Aires e Visconde da Graça não submeteram projetos de inovação ao último edital citado. Ainda, os Câmpus Novo Hamburgo, Gravataí, Jaguarão e Venâncio Aires deixaram de enviar projetos nos dois editais em tela.



### **3. ACHADOS DE AUDITORIA**

#### **3.1. CONSTATAÇÃO 1**

Ausência de gestão de riscos metodologicamente formulada e publicada no portal eletrônico do IFSul;

Ausência de planejamento estratégico da PROPESP publicado no portal do IFSul;

Ausência de mapeamento de processos da PROPESP publicado no portal do portal do IFSul.

##### **3.1.1. Critério**

Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 01/2016, art. 13, art. 14, IV, art. 17, II, 'a', e art. 21, V;

Decreto-Lei n. 200/1967, art. 6º, I e V, art. 7º, art. 13 e art. 14;

Acórdão do Plenário do TCU n. 3023/2013, item 96;

Acórdão do Plenário do TCU n. 2138/2017, item 9.2.3.

##### **3.1.2. Evidências**

Memorando IF-PROPESP/Nº174/2018;

Portal eletrônico do IFSul.

##### **3.1.3. Causa**

Ausência de ações no sentido de cumprimento das normas e orientações sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito da PROPESP e do IFSul, em especial no que diz respeito à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 01/2016.

##### **3.1.4. Manifestação do gestor**



A manifestação do gestor se deu nos seguintes termos: “Acatamos e nos comprometemos a atender às constatações supramencionadas”. (*sic*)

### **3.1.5. Análise da manifestação**

A partir da manifestação do gestor da área auditada, reconhecendo os achados, mantém-se a constatação.

### **3.1.6. Recomendações**

3.1.6.1.Recomenda-se ao Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação elaborar e publicar no portal eletrônico do IFSul o mapeamento do processo de cadastro e de avaliação de projetos de pesquisa e de inovação.

3.1.6.2.Recomenda-se ao Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação elaborar e publicar no portal eletrônico do IFSul o planejamento estratégico anual da PROPESP.

3.1.6.3.Recomenda-se ao Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação implementar política de gestão de riscos metodologicamente formulada e publicada no portal eletrônico do IFSul.

## **3.2. CONSTATAÇÃO 2**

Ausência de regulamentação quanto à formação do número de registro de projetos por edital (PE).

### **3.2.1. Critério**

Regimento Geral do IFSul, arts. 45 e 47, I e IV.

### **3.2.2. Evidências**

Memorando IF-PROPESP/Nº271/2018.



### **3.2.3. Causa**

Ausência de ações no sentido de disciplinar a composição da numeração de registro dos projetos por edital (PE), como estabelecido na IS PROPESP n. 06/2014 (para projetos de inovação – PI) e na IS PROPESP n. 03/2016 (para projetos por demanda – PD).

### **3.2.4. Manifestação do gestor**

O gestor manifestou-se conforme segue: “Acatamos e providenciaremos nota explicativa ou instrução de serviço quanto aos critérios de numeração e nomenclatura de cada projeto”. (*sic*)

### **3.2.5. Análise da manifestação**

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria, de modo que se mantém a constatação.

### **3.2.6. Recomendação**

Recomenda-se ao Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação regulamentar a composição da numeração de registro dos projetos por edital (PE), de modo a mitigar o risco de inexistência de padronização referente a essa atividade.

## **3.3. CONSTATAÇÃO 3**

Inconsistências entre a pontuação atribuída e o parecer do critério nas manifestações dos avaliadores *ad hoc* para os projetos de pesquisa (PE05180818/036, PE05180818/039 e PE0506180818/059) e de inovação (PE05180818/022 e PE0506180818/048).

### **3.3.1. Critério**

Regimento Geral do IFSul, arts. 45 e 47, I e IV.



### **3.3.2. Evidências**

Avaliações dos projetos registrados sob números PE05180818/036, PE05180818/039, PE0506180818/059, PE05180818/022 e PE0506180818/048.

### **3.3.3. Causa**

Ausência de implementação de diretrizes específicas acerca da avaliação dos projetos submetidos ao edital, em especial quanto ao parecer do avaliador *ad hoc* e à nota ou à pontuação atribuída.

### **3.3.4. Manifestação do gestor**

A manifestação do gestor apontou o que segue:

Acatamos e forneceremos subsídios para que a avaliação seja mais clara e objetiva, e também explicativa. Provavelmente alteraremos o sistema avaliativo para os próximos editais. Poderemos utilizar sistemas de escalonamento de projetos, banco de projetos, ranqueamento do mérito do coordenador (currículo Lattes). (*sic*)

### **3.3.5. Análise da manifestação**

O gestor reconhece a fragilidade na atribuição de notas ou de pontuações atribuídas por avaliadores *ad hoc*, as quais podem estar em ambiguidade com os respectivos pareceres. Diante do exposto, mantém-se a constatação.

### **3.3.6. Recomendação**

Recomenda-se ao Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação instituir mecanismos de controle interno quanto à atividade de avaliação dos projetos, tais como pontuação escalonada ou outros critérios menos subjetivos.



### **3.4. CONSTATAÇÃO 4**

Ausência de previsão no Regimento Geral do IFSul instituição de Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos.

#### **3.4.1. Critério**

Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, dispositivo VII.2.1.

#### **3.4.2. Evidência**

Regimento Geral do IFSul, arts. 57 a 59, excluídos pela Resolução n. 59/2015 do CONSUP (publicada no DOU de 06/07/2015).

#### **3.4.3. Causa**

Ausência de ações institucionais no sentido de implementar Comitê de Ética em Pesquisa no IFSul.

#### **3.4.4. Manifestação do gestor**

Manifestou-se o gestor nos seguintes termos:

Acatamos e estamos em processo de implementação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no IFSul a fim de atender à crescente demanda de nossos projetos. Até o momento a Plataforma Brasil está providenciando a distribuição de nossos projetos aos CEPs competentes. (*sic*)

#### **3.4.5. Análise da manifestação**

Com base nas evidências coletadas e na manifestação do gestor da área auditada, mantém-se a constatação.



### **3.4.6. Recomendação**

Recomenda-se ao Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação realizar diligências no sentido de instituir Comitê de Ética em Pesquisa no IFSul envolvendo seres humanos.

## **3.5. CONSTATAÇÃO 5**

Inexistência de submissão de projetos de pesquisa e de inovação em determinados câmpus relativamente aos editais analisados.

### **3.5.1. Critério**

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019.

### **3.5.2. Evidência**

Regimento Geral do IFSul, arts. 45 e 47, II e III.

### **3.5.3. Causa**

Ausência de ações eficientes, eficazes e efetivas para fomento ao cadastro de projetos de pesquisa e de inovação em todos os câmpus do IFSul.

### **3.5.4. Manifestação do gestor**

A manifestação do gestor foi no sentido de que:

Acatamos e providenciaremos maior divulgação da importância da submissão de projetos para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação no IFSul.

Lembramos que muitos dos câmpus citados são relativamente jovens e, aproveitamos para informar que o número de projetos de Inovação no Brasil ainda é muito incipiente, e o IFSul não está fugindo a esta regra.

Em algumas situações a infraestrutura não propicia realização de determinados tipos de projetos.

Para muitos o valor dos recursos é muito baixo e, às vezes não está disponível.

Por outro lado, o edital com numerosas páginas e a quantidade de burocracias que envolve todos os processos de seleção também desestimulem os pesquisadores à submissão de projetos.



Organizar previamente a entrega de projetos no início do ano permitiria tempo para que os campi/pesquisadores se organizassem a contento. (*sic*)

### **3.5.5. Análise da manifestação**

A manifestação do gestor evidencia a necessidade de disseminação da importância da submissão de projetos de pesquisa e de inovação no Instituto. Percebem-se, também, o cenário nacional nessas áreas, a infraestrutura de alguns câmpus e a burocracia dos processos administrativos como outros fatores que estão relacionados ao achado de auditoria.

Contudo, apesar da realização das ações registradas no “Quadro 06 - Principais ações da PROPESP no planejamento anual 2017”, páginas 53-54 da Prestação de Contas Ordinária Anual do Relatório de Gestão do Exercício de 2017, aumentou o número de câmpus que não submeteram projetos de pesquisa e de inovação, conforme Tabela 1 e Tabela 2 (ambas no item 2.4, p. 14 deste Relatório). Em virtude do mencionado, mantém-se a constatação.

### **3.5.6. Recomendação**

Implementar ações de fomento para estimular todos os câmpus a submeter projetos de pesquisa e de inovação, como orientações, treinamentos, eventos, cartilhas, *e-books*, etc.

## **4. CONCLUSÃO**

O presente trabalho de auditoria teve como objeto os procedimentos relativos ao cadastro e à avaliação de projetos de pesquisa, de inovação e de pós-graduação no âmbito do IFSul. Com o intuito de colaborar para o aperfeiçoamento do trabalho realizado na instituição, a Unidade de Auditoria Interna registra os achados de auditoria no presente relatório.

Neste sentido, constatou-se ausência de gestão de riscos, de planejamento estratégico e de mapeamento de processos da PROPESP (Constatação 1 – item 3.1); ausência de regulamentação quanto à composição do número de registro de projetos por edital (PE) (Constatação 2 – item 3.2); inconsistências entre a pontuação atribuída e o parecer dos avaliadores *ad hoc* (Constatação 3 – item 3.3); ausência de previsão de Comitê de Ética em Pesquisa (Constatação 4 – item 3.4); e inexistência de submissão de projetos em determinados câmpus (Constatação 5 – item 3.5).

Analisada a legislação pertinente ao objeto da auditoria, as documentações e as evidências coletadas e produzidas, verifica-se a necessidade de implementação das recomendações para o



atingimento de benefícios financeiros e não financeiros quanto ao processo de cadastro e de avaliação de projetos de pesquisa, de inovação e de pós-graduação.

Diante do exposto, as recomendações presentes neste Relatório pretendem servir de instrumento para trazer melhorias relacionadas aos controles internos da unidade auditada e, conseqüentemente, para a Instituição. Portanto, encaminha-se o presente Relatório de Auditoria para que o gestor tome ciência do seu inteiro teor.

Adverte-se que o não cumprimento das recomendações decorrentes do trabalho de auditoria interna implica na aceitação dos riscos pelo gestor. O atendimento na íntegra será monitorado de acordo com item 6 do PAINT 2019, encaminhado à CGU por meio do Ofício n.º 219/2018/GAB-IFSul, de 30 de outubro de 2018. Deste modo, a implementação tempestiva ou não das orientações será objeto de futura avaliação por esta Unidade de Auditoria Interna.

Pelotas, 26 de novembro de 2018

**SERGIO DE SOUZA SILVEIRA**

**Auditor**

**De acordo.**

**LAERTE RADTKE KARNOPP**

**Auditor Geral**